

MULHERES NO PROCESSAMENTO DA CASTANHA DE CAJU: REFLEXÕES SOBRE AS SOCIEDADES AGRÁRIAS, TRABALHO E GÉNERO NA PROVÍNCIA DE CABO DELGADO

Sara Stevano

INTRODUÇÃO

O rápido crescimento económico que Moçambique está a atravessar é impulsionado principalmente pelos recursos naturais. Para que estas altas taxas de crescimento tenham efeitos positivos no alívio da pobreza a longo prazo, Moçambique tem de diversificar a sua capacidade produtiva e comercial. Contudo, a agenda da redução da pobreza continua inspirada na *retórica de pequena escala*, informada por uma visão dualista e enganadora das sociedades agrárias moçambicanas que vê os pequenos agricultores ou de subsistência em oposição às empresas comerciais (O’Laughlin, 1996). As estratégias para o desenvolvimento rural falham de forma problemática na abordagem da complexidade das sociedades agrárias em Moçambique bem como nas ligações entre os novos actores influentes, tais como os agro-negócios e a produção agrícola de pequena escala.

Após o colapso dos finais dos anos 1990, o sector do caju está numa trajectória de recuperação, com uma nova geração de fábricas de processamento a surgirem, especialmente no Norte do país. O renascer da actividade de processamento de caju é interessante no contexto da industrialização e desenvolvimento rurais, pois pode criar empregos nas áreas rurais e gerar ligações produtivas intersectoriais.

Este artigo olha para o renascimento, mesmo limitado e disperso, da actividade de processamento de caju no extremo norte da província de Cabo Delgado. O artigo

baseia-se em evidência de nível micro, recolhida através de entrevistas qualitativas com trabalhadores da indústria do caju e outros intervenientes na actividade do processamento do caju, que está actualmente concentrada em dois locais: a fábrica Korosho no distrito de Chiure (a Sul da província) e três associações de mulheres no distrito de Nangade (a Norte da província).

A intenção deste trabalho é utilizar este estudo de caso como uma lente através da qual se olha para as questões de trabalho, de género e de diferenciação rural e esclarecer a complexidade das sociedades agrárias, que por sua vez se liga a alguns constrangimentos a nível micro com que os intervenientes na actividade de processamento se deparam em Cabo Delgado.

A Secção 2 define o contexto macroeconómico, focando-se nas estratégias actuais para o desenvolvimento rural e no papel da indústria de processamento do caju em processos de industrialização rural. No entanto, está para além do âmbito deste trabalho envolver-se em debates a nível macro sobre a viabilidade da indústria de processamento do caju em Moçambique no seu todo. A parte principal deste trabalho está desenvolvida na Secção 3, que apresenta algumas características da actividade de processamento nos dois locais estudados e depois foca quatro questões: a produção com restrições sazonais, a divisão do trabalho por género, a diferenciação e o uso de rendimentos monetários, e o investimento privado e infra-estrutura. Finalmente, na Secção 4 apresenta-se a conclusão.

DEFININDO O CONTEXTO MACRO: ALGUMA ESTRATÉGIA PARA O DESENVOLVIMENTO RURAL?

Com taxas de crescimento do PIB sustentadas nas últimas duas décadas – constantemente bem acima de 6% por ano entre 2003 e 2012 (World Bank National Accounts Data/Dados das Contas Nacionais do Banco Mundial) – e as recentes descobertas de recursos naturais (especialmente o carvão, o gás e o petróleo), Moçambique está a atrair o interesse de investidores privados de todo o mundo. Que as altas taxas de crescimento e a afluência de investimento não têm sido proporcionalmente traduzidas em redução da pobreza e melhorias noutros indicadores do desenvolvimento humano, tais como a desnutrição crónica, o acesso à água potável e a educação, está documentado em dados (ver MICS, 2008) e estudos (p.e. Castel-Branco, 2010; Hanlon & Cunguara, 2010, 2012). No entanto, a clivagem entre o rápido crescimento económico, medido pelo PIB, e a redução da pobreza não é surpreendente se o efeito multiplicador não é

dado como certo. Adicionalmente, já se sublinhou que as fontes de crescimento são estreitas: principalmente os serviços e os mega-projectos em recursos naturais, indústria e agricultura, ambos também concentrados geograficamente ao redor de Maputo ou nos locais onde os recursos se encontram (Castel-Branco, 2004). Devido a esta base estreita, as dinâmicas de crescimento e investimento limitaram a economia moçambicana a padrões de crescimento instáveis e insustentáveis (Castel-Branco, 2004). Seria então interessante avaliar o potencial de Moçambique para traduzir elevadas taxas de crescimento económico numa bem-sucedida diversificação da economia.

De acordo com (Krause & Kaufmann, 2011), os sectores que têm potencial para crescer são aqueles em torno dos recursos naturais e da produção de mercadorias primárias. Contudo, parece não existir uma estratégia coerente para o desenvolvimento industrial, que permitiria reter maiores proporções de valor acrescentado e, fundamentalmente, a criação de emprego. O objectivo de longo prazo de redução da pobreza que o governo definiu parece assentar grandemente na *retórica da pequena escala*, com as suas contradições problemáticas. Apesar de promover a comercialização da produção dos pequenos agricultores (PARP 2011-2014¹), as ligações fundamentais entre a produção agrícola de pequena escala e os intervenientes da produção de grande escala, incluindo os processadores e as grandes multinacionais envolvidas no agro-negócio, nem sequer se mencionam no último plano de redução da pobreza (Woodhouse, 2012). Isto parece estar alinhado com as inconsistências contidas no *World Development Report/Relatório do Desenvolvimento Mundial 2008* (WDR08) e sublinhado por diferentes estudiosos (p.e. Amanor, 2009; McMichael, 2009; Woodhouse, 2009). Por exemplo, Amanor (2009) aponta que o relatório parece ser favorável à agenda dos pequenos agricultores, porém, vem promover grande agro-negócio, se bem que de forma menos explícita. O problema é que as ligações entre os dois não são totalmente desenvolvidas, deixando assim a ideia de que os agricultores de pequena escala irão beneficiar com o agro-negócio. E, ainda Woodhouse (2009), lamenta que nenhuma atenção seja prestada às relações entre os sectores agrícola e industrial, cujo desenvolvimento é crucial para a mudança estrutural e desenvolvimento económico sustentado.

Se considerarmos a estratégia para a redução da pobreza de Moçambique como uma aplicação da agenda a favor do pequeno agricultor e a favor do agro-negócio em Moçambique, pode argumentar-se que as ligações entre a pequena agricultura comercial e a estratégia de desenvolvimento mais alargado, que vêm os inves-

¹ Poverty Reduction Action Plan 2011-2014, IMF Country Report No. 11/132, June 2011.

tidores estrangeiros como actores-chave, foram seriamente negligenciadas. Isto tem os seus fundamentos conceptuais numa visão duradoura mas enganadora das sociedades agrárias em Moçambique. Desde a independência, a política agrária da Frelimo foi informada por uma concepção dualista das sociedades agrárias moçambicanas: agricultores de subsistência – que depois se tornaram pequenos agricultores (Wuyts, 2001) – em oposição aos empreendimentos comerciais (O’Laughlin, 1996). A falha em reconhecer a heterogeneidade das sociedades agrárias, que inclui a compreensão dos processos não lineares de diversificação da subsistência rural e de estratificação de classe, bem como o funcionamento das interacções da actividade agrícola e do trabalho não agrícola assalariado impulsionados por um processo duradouro de mercantilização da economia agrária (*ibid.*), moldou o discurso e a prática do desenvolvimento em Moçambique até hoje. Particularmente, a crença errada de que a vasta maioria das populações rurais moçambicanas são constituídas por agricultores de subsistência deu lugar a caminhos *lineares* para a redução da pobreza, ao longo dos quais os agricultores de subsistência/pequenos proprietários precisam de ser transformados em agricultores mais produtivos e semi-comerciais.

Em suma, a estratégia nacional para o desenvolvimento agrícola parece estar errada em dois aspectos principais: baseia-se numa visão simplista e enganadora das sociedades agrárias em Moçambique e, conseqüentemente, falha na abordagem das ligações entre a produção agrícola de pequena escala e o agro-negócio. Compreender a diferenciação, as relações de trabalho e as relações entre trabalho e capital é a base sobre a qual se devia desenhar/planear a política industrial, com a adequada atenção prestada ao potencial para a industrialização rural. A este respeito, tipos particulares de agro-indústria podem ser bem sucedidos na criação de emprego e na diversificação da base produtiva e comercial nas zonas rurais, através de ligações produtivas a montante e a jusante (Castel-Branco, 2002).

A RECUPERAÇÃO PARCIAL DO SECTOR DO CAJU

Depois de ter gozado de fama inglória devido ao colapso na produção e processamento, o sector do caju em Moçambique volta a ganhar força. As vozes mais convincentes no debate sobre as determinantes da falência do sector da castanha de caju (especialmente a sua indústria de processamento) apontaram o efeito prejudicial das políticas de liberalização e privatização – especificamente a redução apressada da taxa de exportação – forçada pelo Banco Mundial, mas vai para além do âmbito deste estudo empenhar-se e envolver-se neste debate (ver Cramer, 1999; Pereira Leite, 1999;

Hanlon, 2000; McMillan, Welsh & Rodrik, 2003; Aksoy & Yagci, 2012). No entanto, o sector parece estar a caminho de uma recuperação parcial. A produção mais do que duplicou entre 2001 e 2008 – de 16 000 a 49 000 toneladas (Aksoy & Yagci, 2012) – e uma nova geração de fábricas de processamento está a consolidar-se no Norte do país, com cerca de 25 fábricas de processamento a funcionar a nível nacional (ACI, 2010).

No seu estudo encomendado pelo Banco Mundial, (Aksoy & Agci, 2012) afirmam que a limpeza completa de processadores de capital intensivo era necessária para o surgimento de uma nova geração de fábricas, de trabalho intensivo e mais eficiente. Esta parece ser uma descrição parcial: se as novas fábricas são mais eficientes do que as anteriores, isso está por se demonstrar. O que é mais claro é que o renascer gradual do sector foi possível pela interacção e colaboração de diferentes actores: o governo, os doadores, o sector privado e os bancos (Boys, 2012), na qual a importância do apoio dos doadores e a melhoria do acesso ao crédito² foram sublinhados por muitos (p.e. Artur & Kanji, 2005; Simonetti *et al.* 2007; Paul, 2008; Technoserve, 2009; ACI, 2010). Adicionalmente, os processadores locais estão protegidos por uma taxa de exportação – mantida a 18% desde 1999 (Aksoy & Yagci, 2012). O rendimento da taxa é gerido pela organização semi-governamental Incaju, cuja função é promover a produção e comercialização do caju através do fornecimento de serviços de extensão a nível distrital (ACI, 2010).

As novas fábricas localizam-se perto das áreas de produção de caju – de facto, a maioria dos novos processadores encontram-se na província de Nampula, que produz 40% do caju nacional (ACI, 2010). Estes processadores de pequena escala necessitam de ser integrados em redes de fornecedores – compradores que funcionem bem. Em termos de fornecimentos, a proximidade geográfica dos produtores assegura custos de transporte mais baixos e, possivelmente, esferas geográficas de interesse para o fornecimento de matéria-prima. No que respeita a compradores, tanto localmente – apesar do mercado limitado – como internacionalmente, os processadores de pequena escala precisam de conseguir colocar com sucesso os seus produtos no mercado: manter baixos os custos de produção e de transporte para serem competitivos e trabalhar adequadamente a marca dos seus produtos. Por exemplo,

² A ONG mais importante envolvida no renascimento da actividade de processamento de castanha de caju é a ONG americana Technoserve, que oferece apoio técnico e financeiro aos empreendedores privados desde 1998 (Technoserve 2009, a ACI 2010). A Technoserve pode oferecer apoio financeiro, graças à sua parceria com o GAPI, uma instituição financeira não bancária especializada na concessão de crédito ao sector agrícola (Simonetti *et al.* 2007). No entanto, o GAPI é muito pequeno para levantar o dinheiro necessário para financiar o capital de giro. Essa questão foi superada com a participação da USAID em parceria com uma instituição bancária moçambicana (*ibid.*).

a maioria das fábricas em Nampula está organizada na associação Agro Industriais Associados (AIA), através da qual exportam conjuntamente os seus produtos para um comprador na Europa (ACI, 2010).³

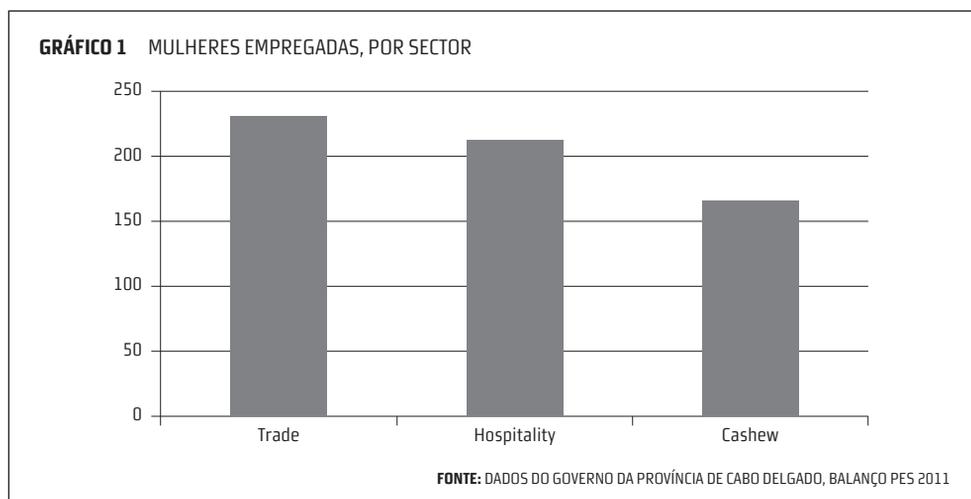
O renascer da actividade de processamento de caju é interessante no contexto da industrialização e desenvolvimento rurais. Em primeiro lugar, pode criar emprego nas áreas rurais tanto para as mulheres como para os homens. Em segundo lugar, pode funcionar como incentivo para aumentar a produção de castanha de caju. Em terceiro lugar, beneficia podendo, ao mesmo tempo, contribuir para um desenvolvimento mais alargado de áreas particulares – p.e. a infra-estrutura para manter baixos os custos de transporte e de produção. No entanto, o sucesso da actividade de processamento precisa, para funcionar e oferecer benefícios, de ser examinada a nível micro. Que tipo de emprego geram as fábricas de processamento e para quem? Quais são os constrangimentos que os trabalhadores e outros intervenientes enfrentam? De que forma a actividade de processamento do caju interage com os processos de diversificação da subsistência e da diferenciação rural? Estas são algumas das perguntas que tentamos abordar ao examinar alguns aspectos da renascida actividade de processamento na província mais a Norte de Cabo Delgado. Considerando que as mulheres constituem a maioria da força de trabalho no processamento do caju, as questões acima mencionadas serão analisadas através de uma perspectiva de género.

PROCESSAMENTO DE CAJU EM CABO DELGADO: A FÁBRICA KOROSHO E AS ASSOCIAÇÕES DE MULHERES

Podem levantar-se três razões principais para olhar para a actividade de processamento de caju em Cabo Delgado. A primeira, a produção, a comercialização e o processamento de caju estão a ser promovidos na província (principalmente pela Incaju em parceria com actores privados, doadores e bancos) e envolve um número crescente de intervenientes a nível local, tais como produtores de diferentes escalas, comerciantes e processadores. A Incaju (relatórios provinciais, 2011, 2012) reporta que a actividade informal de processamento está a crescer, indicando possivelmente que o mercado local para o processamento de caju está a expandir-se marginalmente, se bem que ainda muito limitado. Segunda, as novas fábricas de processamento estão, na sua maioria, concentradas na província de Nampula e, dada a

³ O único comprador é o intermediário holandês Global Trading & Agency BV (ACI 2010).

capacidade de produção e a proximidade do corredor de Nacala,⁴ pode haver oportunidade para desenvolvimentos significativos na actividade de processamento na província de Cabo Delgado. Terceira, a indústria de processamento de caju parece constituir uma das muito poucas oportunidades de emprego (rurais), emprego assalariado ou não, disponível para mulheres (ver Gráfico 1) – especialmente aquelas com baixo nível de educação.



A nível nacional, a maior parte do caju é actualmente produzido e processado na província de Nampula (aproximadamente 40% da produção nacional do caju bruto), seguida então por Inhambane (21%) e Cabo Delgado (12%). É importante referir que os únicos dados existentes sobre o volume da produção, exportação e processamento do caju são recolhidos pela Incaju, que reconhece existirem algumas questões de fiabilidade: a persistência do comércio informal tende a subestimar as quantidades de caju comercializadas e exportadas, há falhas nos procedimentos de monitoria e inspeção e o caju retido para consumo próprio continua excluído das estatísticas (ACI, 2010; Incaju, 2011).

De acordo com a (Incaju, 2012), do caju que foi comercializado no ano passado em Cabo Delgado, 3118,73 toneladas – a maior parte – foram exportadas para a Tanzânia, seguido por 2316,66 toneladas exportadas através do porto de Nacala, 1122,52 toneladas foram compradas pela fábrica Korosho, 1038,12 toneladas foram

⁴ O corredor de Nacala liga o Malawi ao porto de Nacala, na província de Nampula, que é o principal canal de exportação no Norte de Moçambique. O corredor de Nacala é um dos três "corredores de desenvolvimento" – canais de comércio – que atravessam Moçambique (Krause & Kaufmann, 2011).

vendidas para as fábricas em Nampula, e 140,28 toneladas foram processadas informalmente na província (ver Tabela 1).

TABELA 1 TONELADAS DE CAJU COMERCIALIZADAS NA PROVÍNCIA DE CABO DELGADO

7 736,31	Castanha de caju comercializada na província de Cabo Delgado 2011-12
3 118,73	Exportadas para a Tanzânia
2 316,66	Exportadas através do porto de Nacala
1 122,52	Compradas pela Fábrica de Korosho
1 038,12	Compradas pelas fábricas na Província de Nampula
140,28	Processadas informalmente em Cabo Delgado

FONTE: INCAJU (2012)

Em Cabo Delgado, a actividade de processamento está actualmente concentrada em dois locais: a fábrica Korosho⁵ no distrito de Chiúre (na parte Sul da província) e três associações de mulheres no distrito de Nangade, onde a maioria do caju é produzido.

As novas fábricas nascidas na década de 2000, diferentemente das anteriores, são de trabalho intensivo: há uma dependência substancial nas técnicas manuais, enquanto o uso de máquinas é reduzido ao mínimo (por exemplo, Kanji *et al.* 2004; ACI, 2010; Krause & Kaufmann, 2011). Muitas das fábricas de processamento estão localizadas no chamado triângulo do caju (Paul, 2008), na província de Nampula – o triângulo estende-se entre Monapo, Murrupula e Monapo – devido à proximidade com as áreas de produção e expedição, para minimizar os elevados custos de transporte. A infra-estrutura pobre tem sido identificada como um dos constrangimentos internos mais críticos que precisam de ser superados para que o sector do caju possa florescer (Cramer, 1999). À semelhança dos processadores de Nampula, a fábrica Korosho foi inaugurada em 2006 e, apesar de estar localizada fora do triângulo do caju, está relativamente perto do corredor de Nacala e, sendo a única fábrica de processamento em funcionamento em Cabo Delgado, é um dos mais importantes compradores da castanha de caju produzida na província. Curiosamente, a fábrica Korosho é propriedade de uma multinacional indiana ETG World⁶ que opera em 28 países (muitos dos quais países africanos) que se dedicam à produção, comercialização e processamento de vários produtos agrícolas, incluindo o caju, que eles processam na Tanzânia e Moçambique. Em seguida, o produto é exportado para

⁵ “Korosho” significa “castanha de caju” em Kiswahili, Shimaconde e Macua.

⁶ De acordo com as informações contidas no seu website (<http://www.etgworld.com/>), a ETG comercializou 63 645,5 toneladas de castanha de caju em 2011. As fábricas de processamento na Tanzânia e em Moçambique exportam os seus produtos sob uma única marca, Korosho.

os EUA, Índia e Europa para o segundo processamento. Uma série de estudos (ver Harilal *et al.* 2006; ACI, 2010) mostrou que a maior parte do valor criado reverte para a segunda fase de processamento e comercialização – estima-se que apenas 18% do valor acrescentado é retido por Moçambique (ACI, 2010). A fábrica emprega actualmente entre 300 e 350 trabalhadores, aproximadamente um terço são homens e dois terços mulheres.

No distrito de Nangade, existem actualmente três associações. Dois grupos, Umulikungu e Luisa Diogo, estão baseados em Litingina (aldeia muito perto da fronteira com a Tanzânia) e o terceiro, Unidade, está em 'Ntamba de Makonde. No geral, entre 50 e 60 mulheres são membros destas associações. Umulikungu foi a primeira a ser criada em 2001 como resultado do esforço de uma mulher que se mudou da Tanzânia para Litingina e ensinou a outras mulheres como processar a castanha de caju – os distritos Norte de Cabo Delgado viram algum retorno da migração após o fim da guerra civil em 1992 e, ainda mais, com a implantação do regime de pensões para aqueles que participaram na guerra pela independência. Diferentemente das outras duas associações, a Umulikungu recebeu apoio da Sociedade Comercial Messalo, Lda., empenhada em garantir um mercado para as castanhas de caju processadas, incluindo a exportação do produto através do comércio justo (Sociedade Comercial Messalo Lda., 2003). O projecto original incluía três objectivos: a legalização da associação, a construção de uma pequena unidade de processamento manual (localmente referida como fabriqueta, literalmente “pequena fábrica”) e formação contínua. O projecto foi apenas parcialmente implementado: o produto acabou por ser comercializado apenas localmente e a associação nunca foi totalmente legalizada, no entanto, o apoio recebido por este grupo é visível nos rendimentos que as mulheres ganharam, se comparados com as mulheres nas outras duas associações – isto será mais discutido na secção 3.3. Todas as três associações estão actualmente a vender os seus produtos nos mercados locais, principalmente na cidade de Pemba.

COMO SE ORGANIZA E SE DIVIDE O TRABALHO?

A fábrica e as associações utilizam procedimentos similares para processar o caju. As técnicas de trabalho intensivo prevalecem em ambos os casos: as máquinas estão ausentes nas associações e limitadas a fornos e alguns quebra-nozes recentemente introduzidos na fábrica Korosho, onde, no entanto, a maioria da quebra ainda é feita manualmente. Contudo, o trabalho está organizado de forma diferente. Nas asso-

ciações, uma pessoa segue toda a actividade de processamento do início ao fim. Na verdade, muitas vezes as mulheres trabalham nas suas casas. Na fábrica, a actividade de processamento é organizada em três fases distintas: na primeira, os homens e as mulheres juntos quebram as nozes e retiram o miolo; a segunda é para descascar e a última é para a classificação. Estas duas últimas fases de trabalho são inteiramente desempenhadas por mulheres. Em ambos os casos, porém, parece haver um controlo masculino durante o processo de produção. Na fábrica, todos os supervisores da superfície, salvo um, são homens e a primeira secção, onde homens e mulheres trabalham juntos, parece ser a única onde é possível receber-se um salário ligeiramente superior. Nas associações, as mulheres reportaram confiança mútua nos maridos para o aprovisionamento de produto (ou seja, matéria-prima para processar).

QUEM É O PROPRIETÁRIO DOS MEIOS DE PRODUÇÃO?

Sem dúvida, todos os trabalhadores da fábrica são trabalhadores assalariados. Contudo, é interessante notar que as mulheres nas associações, que se esperava poderem trabalhar por conta própria, controlam só parcialmente os meios de produção: o fornecimento dos meios de produção é assegurado quer pela Sociedade Comercial Messalo, Lda. quer pelos membros masculinos das famílias das mulheres, indicando assim que as mulheres não são as *donas* da actividade de processamento. Parece que lhes falta a posse de dinheiro tanto *antes* como *depois* da actividade de processamento: o capital necessário para a compra de caju bruto e rendimentos monetários obtidos através das vendas do caju processado.

QUANTO TRABALHO PARA QUANTO DINHEIRO?

Nas associações as horas de trabalho são flexíveis e, adicionalmente, a actividade de processamento muitas vezes segue padrões muito esporádicos devido à falta de matéria-prima. Quando o caju bruto está disponível, as mulheres entrevistadas disseram que uma pessoa pode processar até 6 kg de caju bruto por dia. As associações compram castanha de caju a 30Mt/kg e vendem a 200Mt/kg, mas é muito difícil calcular os rendimentos mensais em dinheiro auferidos porque as quantidades processadas variam grandemente dependendo da capacidade financeira para comprar caju bruto. Na fábrica, os trabalhadores iniciam o trabalho às 6 da manhã e normalmente terminam no início da tarde, mas não existe um número específico de horas de trabalho diário porque os trabalhadores são pagos de acordo com a quantidade produzida. Com base na informação fornecida pelos trabalhadores, os salários

mensais podem variar entre 500 Mt e 2000 Mt (equivalente a US\$ 16-65 e menos de metade do actual salário mínimo) – ver Tabela 2 para informação mais detalhada.

TABELA 2 ESTIMATIVA DOS SALÁRIOS DOS TRABALHADORES NA FÁBRICA KOROSHO, COM BASE EM INFORMAÇÕES FORNECIDAS PELOS TRABALHADORES

Quebra	8,85 Mt/kg	10-12 kg por dia por pessoa	DE 500 a 2,000 Mt por mês	Homens e mulheres
Descasque	9,50 Mt/kg	3 kg por dia por pessoa	De 500 a 1,000 Mt por mês	Só mulheres
Classificação	1,35 Mt/kg	65-70 kg por dia por pessoa	1500 Mt por mês em média	Só mulheres

Agora a discussão vai evoluir em torno de quatro temas: a produção com restrições de sazonalidade, a divisão do trabalho por género e por funções, a diferenciação e a utilização de rendas em dinheiro e investimentos e infra-estrutura, que serão discutidos em separado.

SAZONALIDADE E ABSENTISMO SAZONAL

A sazonalidade e o absentismo sazonal são duas questões interessantes que surgiram durante a investigação de campo. São de uma natureza diferente, mas acabam por limitar a produção a padrões sazonais.

SAZONALIDADE E ACESSO AO CRÉDITO: PROBLEMA DE OFERTA OU DE PROCURA?

No caso das associações, uma das principais dificuldades que as mulheres estão a enfrentar é a falta de capacidade financeira para comprar grandes quantidades de matéria prima para assegurar a continuidade da actividade de processamento durante todo o ano. Isto significa que, sem apoio externo, elas normalmente só são capazes de adquirir a quantidade de matéria prima suficiente para processar o caju durante alguns meses do ano, a maior parte na época da colheita. Os empréstimos constituíram uma tentativa para ultrapassar este constrangimento. Todas as associações receberam um único empréstimo do governo local, mas tiveram dificuldades em reembolsar o empréstimo. Isto sugere que o problema do acesso ao crédito, conhecido como um dos constrangimentos à produção (Cramer, 1999; Simonetti *et al.* 2007; Krause & Kaufmann, 2011), está exacerbado pela falta de capacidade organizacional, redes comerciais não consolidadas e infra-estruturas pobres. (Simonetti *et al.* 2007, p. 143) correctamente aponta que o fraco acesso ao crédito ‘não somente, nem talvez principalmente, diz respeito ao lado da oferta, mas também ao lado da procura: designadamente o que é preciso fazer para tornar produtiva a *produção* rural de pequena e média dimensão e, conseqüentemente, ‘bancável’.

O fenómeno do *associativismo* tem uma história longa em Moçambique que data do tempo da produção colectiva da Frelimo nas áreas rurais. A continuidade do ‘modelo da associação’ até aos dias de hoje está possivelmente associada às expectativas (muitas vezes não cumpridas) de receber apoio (financeiro) do governo ou das ONG, pelo menos na província do Cabo Delgado. No entanto, a capacidade efectiva de as associações prestarem apoio social ou de criarem capacidade de produção já foi questionada (O’Laughlin, 2009). Para que o modelo da associação constitua uma forma realista de desenvolver capacidade produtiva e não apenas um canal parcialmente sucedido para acumulação individual, é necessário ultrapassar vários constrangimentos. Por exemplo, a limitada procura doméstica de castanhas processadas lança algumas dúvidas sobre a sustentabilidade do modelo da associação, a menos que sejam estabelecidas ligações comerciais de sucesso com compradores externos, ainda que se tornem regulares estratégias de marketing adequadas e a actividade de processamento. A este respeito há uma lição a aprender da parceria entre a ONG americana Technoserve – protagonista-chave na prestação de apoio técnico aos processadores em Nampula – e o GAPI, uma instituição financeira não bancária -, que utilizou uma forma específica de *empréstimo* na *cadeia de valor*, hoje considerada um dos determinantes do ressurgimento da indústria de processamento do caju de Nampula. Esta forma de empréstimo caracteriza-se pela “*integração do fornecimento de crédito com a melhoria activa da capacidade de pagamento do devedor*” (p.e. prestação de serviços empresariais) e visava o desenvolvimento de redes de produtores e comerciantes ao longo de uma cadeia de valor (Simonetti *et al.* 2007, p. 144).

ABSENTISMO SAZONAL: ESCOLHA NO MEIO DA ABUNDÂNCIA OU RESTRINGIDA PELA ESCASSEZ? No caso da fábrica, regista-se uma situação de altos níveis de absentismo, especialmente durante a época chuvosa. Isto surgiu imediatamente nas entrevistas tanto com trabalhadores como com gerentes, e problemas semelhantes relacionados com o absentismo elevado são reportados por (Paul, 2008) no seu estudo para a Technoserve sobre as fábricas em Nampula.

De acordo com o gerente da fábrica, entre Dezembro e Fevereiro (época chuvosa), o número de trabalhadores reduz-se de 300 para 100/150. Isto acontece porque, durante a época chuvosa, é necessário mais trabalho nas *machambas* (lotes de terra), pelo que os trabalhadores da fábrica vão trabalhar com menos regularidade ou abandonam o seu trabalho durante várias semanas de forma a desenvolverem

trabalho agrícola nas suas *machambas*. O gerente da filial de Korosho explicou este fenómeno em termos culturais:

“Aqui as pessoas têm uma cultura de trabalho diferente” (Gerente da filial de Korosho, comunicação pessoal, Julho de 2012).

Os muito poucos trabalhos que fazem referência ao problema do absentismo (p.e. Krause & Kaufmann, 2011) fundamentalmente falham por não o associar aos padrões sazonais do trabalho agrícola e o único trabalho que faz esta associação, Paul (2008), explica-a em termos de reacção sociocultural à transição da sociedade agrária para a industrial, “do campo para a fábrica”:

“Aqui as escolhas de trabalho são vistas como ocasionais, transitórias e um complemento, não um substituto, do trabalho agrícola.” (Paul, 2008, p. 15).

Estas afirmações são fundamentalmente problemáticas e enganadoras ao explicarem o trabalho como uma escolha, em vez de o compreenderem como resultado da diversificação dos meios de subsistência – a necessidade de os agregados familiares se envolverem em actividades múltiplas para se reproduzirem. Existem dois factos importantes que fundamentam tal argumento.

Apesar de a importância dos mercados de trabalho em contextos rurais ter sido muitas vezes negligenciada, foi minuciosamente documentado que o emprego assalariado rural desempenha um papel fundamental na subsistência das pessoas das zonas rurais, tanto mulheres como homens (Cramer, Oya & Sender, 2008). Todos os trabalhadores entrevistados reportaram que costumavam fazer *kibarua* (emprego assalariado baseado em tarefas, conhecido em no Norte de Moçambique como *ganho-ganho*) antes de trabalharem na fábrica, indicando, assim, que o estatuto de trabalhador assalariado não é para eles necessariamente uma novidade nem o é, muito provavelmente, para muitas pessoas que vivem no Moçambique rural. De facto, alguns deles argumentaram: *“Este é o nosso actual kibarua”*, referindo-se ao seu trabalho na fábrica.

Adicionalmente, a pesquisa de campo em diferentes áreas da província de Cabo Delgado revelou que uma das formas mais comuns de usar a rendimento monetário/salário, quando atingem um nível suficiente, é a contratação de trabalhadores agrícolas sazonais. Todos os trabalhadores da fábrica entrevistados bem como as mulheres nas associações (especialmente aquelas da Umulikungu) reportaram que utilizam parte dos seus rendimentos monetários para contratar trabalhadores agrícolas, durante

todo o ano em alguns casos, e na época chuvosa em todos os outros. Isto sugere fortemente que o absentismo sazonal é mais uma consequência de salários baixos (que não são suficientes para contratar trabalhadores agrícolas numa base regular ou em número suficiente), do que de escolhas individuais dos trabalhadores para serem agricultores em vez de trabalhadores assalariados em determinadas épocas do ano.

Pode, seguramente, argumentar-se que a agricultura é considerada e tem mesmo um valor muito elevado (tanto comercialmente como para o consumo de alimentos), mas isto não coincide com o trabalho agrícola ou com as escolhas dos indivíduos para serem agricultores. Isto levanta uma questão mais geral sobre quem são as populações rurais. Há uma discrepância entre a linguagem comumente utilizada quando alguém diz “Eu sou um agricultor” e as actividades económicas efectivamente desempenhadas para ganhar a vida. Existe uma forte necessidade de se ser claro sobre a importância da economia do dinheiro na vida das pessoas rurais: nesta altura o processo de mercantilização está tão profundamente enraizado que atinge os bens mais básicos, como a água. As populações rurais têm de se envolver num conjunto diversificado de actividades económicas porque nenhuma delas lhes oferece cobertura total para as suas necessidades monetárias. Neste contexto, o estabelecimento das fábricas de caju parece aprofundar e moldar processos de formação de classes, mas não os cria desde o início.

DIVISÃO DE TRABALHO POR GÉNERO E POR FUNÇÕES

Tendo sublinhado a importância dos mercados de trabalho rurais e da diversificação das actividades económicas, é de equivalente importância não negligenciar as tensões na alocação do trabalho entre o trabalho remunerado e o não remunerado, especialmente no caso da participação feminina no trabalho remunerado.

De acordo com (Bryceson, 1980), a participação das mulheres na força de trabalho ou o envolvimento com actividades remuneradas em dinheiro ocorre pela fuga às relações capitalistas de reprodução humana. No caso da actividade de processamento do caju, tanto na fábrica como na associação, as mulheres envolvem-se com o trabalho assalariado na forma de “*subsunção real ao controle masculino familiar*”, como lhe chamou (Bryceson, *ibid.*), significando que as mulheres obtêm permissão dos seus maridos ou de outros membros masculinos da família para trabalhar fora da sua casa, ou, eu acrescentaria, é dito às mulheres, ou são incentivadas pelos seus parceiros masculinos, para trabalharem fora de casa e contribuírem para as necessidades económicas da família. Por outras palavras, a alocação de mão-de-obra, entre

trabalho produtivo e reprodutivo, muda devido à compulsão económica, mas muitas vezes há uma falta de simetria entre os ganhos económicos das mulheres na esfera produtiva e as suas perdas em responsabilidades reprodutivas ou, pela mesma razão, na capacidade de ganhar dinheiro e na capacidade para o controlar. Por exemplo, a maior parte das mulheres no Umulikingo reclamam que entregam os seus rendimentos em dinheiro aos maridos de forma a continuarem a ganhar o seu consentimento para trabalhar na associação. Nas associações, é evidente que, apesar de as mulheres serem os únicos membros e únicas trabalhadoras, existe um controlo masculino esmagador sobre o processo de produção.

Compreender a participação das mulheres na força de trabalho é outra questão-chave, intimamente ligada mas de âmbito mais vasto do que a alocação intra-domiciliar do trabalho: a divisão do trabalho por género no trabalho remunerado. É interessante que o processamento de caju seja uma actividade dominada por mulheres. Porquê? O argumento mais comum utilizado para justificar a preferência da atribuição de tarefas específicas a mulheres tem a ver com a destreza manual e a paciência, no entanto (Ghosh, 2002), entre outras intelectuais feministas, oferece uma explicação interessante para a feminização da força de trabalho, baseada no seu estudo sobre a indústria indiana orientada para a exportação. A linha principal do seu argumento é de que as mulheres são preferidas relativamente aos homens porque são mais flexíveis e podem trabalhar com contratos mais maleáveis devido às suas obrigações reprodutivas. Consequentemente, em tipos de indústria baseados em trabalho não especializado e que podem aguentar altos níveis de rotatividade, nesse caso as mulheres podem inicialmente ser preferidas aos homens. Pode argumentar-se que é isto que explica a divisão específica do trabalho por género na fábrica Korosho, especialmente se tivermos em conta que a fábrica é propriedade de uma multinacional indiana e utiliza as técnicas de processamento indianas – pelas quais a actividade de processamento é inteiramente desempenhada por mulheres (Harilal *et al.* 2006). Contudo, Ghosh (2002) continua, as mulheres podem ser preferidas mas apenas inicialmente por causa do reconhecimento gradual dos direitos das mulheres trabalhadoras – que com o tempo se tornam mais difíceis de despedir e trabalhadoras mais dispendiosas (p.e. licença de maternidade paga) – então o incentivo que os empregadores tinham em contratar mulheres em vez de homens tende a desaparecer. No seu estudo sobre o Sul e a Ásia Oriental, (Ghosh, *ibid.*) conclui que, depois de um notável aumento na participação de mulheres na força de trabalho entre 1980 e 1995, as suas participações começaram a decair uns anos

antes da crise de 1997, indicando assim que a crise tinha exacerbado a tendência de queda, não podendo ser considerada a principal culpada. Significativamente, não se deve ver isto como um argumento contra a participação no seu todo de mulheres em trabalho remunerado. Pelo contrário, deveria estimular-se a reflexão sobre os termos de contratação de mulheres e suas implicações relativamente à posição das mulheres na alocação de trabalho entre trabalho remunerado e não remunerado. Por exemplo, seria interessante descobrir se o fenómeno do absentismo sazonal é transversal aos géneros ou se afecta as trabalhadoras mulheres de forma desproporcionada – porque as mulheres são aquelas trabalhadoras que se movimentam de forma mais flexível entre o trabalho remunerado e o não remunerado. De acordo com as entrevistas conduzidas com trabalhadores femininos e masculinos, poderia parecer ser transversal mas é necessário ter dados melhores e mais abrangentes de forma a avaliar o fenómeno.

Em Cabo Delgado e em outros locais, as oportunidades de emprego para as mulheres devem ser calorosamente recebidas e, juntamente com mais empregos, as políticas para resolver a carga acrescida das suas responsabilidades e funções múltiplas. Por exemplo, a fábrica Korosho tem uma creche dirigida por uma trabalhadora paga pela fábrica onde as mulheres podem deixar as suas crianças durante as horas de trabalho. No entanto, a fábrica não oferece licença de maternidade paga: as mulheres grávidas podem deixar os seus empregos antes/depois de darem à luz durante meses e depois voltar. A falta de segurança do emprego é porém notável: os laços contratuais são tão ténues que os trabalhadores sob contrato e os que não o têm recebem igual tratamento, lamentaram-se alguns trabalhadores. Com efeito, a rotatividade é tão alta que alguns trabalhadores são admitidos na fábrica numa base diária para substituir aqueles que estão ausentes. Por outras palavras, a flexibilidade nos padrões de trabalho – assegurada por contratos muito fracos (ou na sua ausência) – pode ser vista como funcional para as responsabilidades múltiplas de mulheres e homens. Porém, ao mesmo tempo, é funcional para a incapacidade, ou falta de vontade, do empregador para oferecer salários adequados e segurança no emprego, e exacerbada pela carência de políticas sociais que protejam os direitos dos trabalhadores.

Em suma, as associações do caju e a fábrica Korosho em Cabo Delgado ilustram duas questões. Em primeiro lugar, a participação de mulheres no trabalho remunerado pode não se traduzir na sua capacidade de controlar os seus rendimentos e, em segundo lugar, as mulheres – e em menor grau os homens – têm responsabilidades múltiplas que estruturam o seu compromisso com o trabalho remunerado. Por conseguinte, um

entendimento claro das contradições e tensões, incorporadas na contrária imagem cor-de-rosa das mulheres a entrarem no trabalho remunerado, deve definir as bases das oportunidades de emprego apoiadas por níveis dignos de protecção dos trabalhadores.

DIFERENCIAÇÃO E UTILIZAÇÃO DE RENDIMENTOS MONETÁRIOS

Tendo discutido um pouco sobre a organização e os aspectos relacionados com o trabalho da actividade de processamento, outra questão-chave é como ela (a actividade de processamento de caju) interage com processos de diferenciação rural. Por outras palavras, quem são os trabalhadores e como utilizam o seu rendimento? É importante notar que surgem duas limitações na abordagem destas questões: em primeiro lugar, os dados foram recolhidos em entrevistas com um número limitado de trabalhadores (principalmente na fábrica Korosho), embora tivesse sido desejável ter uma amostragem maior para analisar amplamente a utilização do rendimento monetário e, em segundo lugar, é difícil discernir entre o rendimento do *caju* de outras fontes de rendimento paralelas – por exemplo, nas associações, algumas mulheres recebem uma pensão,⁷ o que torna difícil avaliar as contribuições dos *rendimentos do caju* separadamente.

Para começar, quem são os trabalhadores do caju? Os mais pobres dos pobres ou não? Olhando para as condições iniciais, parece-nos um retrato bastante misto: existe um certo grau de diferenciação entre os trabalhadores, tanto nas associações como na fábrica. Entre os membros das associações entrevistados, alguns são pensionistas e outros não. Seria interessante saber se o número de pensionistas nas associações é proporcionalmente mais elevado, relativamente às suas comunidades: quem tem probabilidades de se tornar um membro da associação? Serão as associações um meio para ajudar os pobres a angariar um sustento ou são, pelo contrário, canais de acumulação para os agregados com melhor nível de vida? Receber uma pensão é um dos determinantes mais visíveis de diferenciação na província de Cabo Delgado, com pensionistas, como é evidente, mais capazes de contratar trabalhadores rurais. Em geral, receber um rendimento regular durante um longo período de tempo desempenha um papel importante na formação de processos de diferenciação. Da mesma forma, entre os trabalhadores da fábrica entrevistados, alguns disseram que tinham sido trabalhadores assalariados noutras fábricas anteriormente, mas alguns dos outros

⁷ Em Moçambique, todos aqueles que participaram activamente na guerra de independência têm direito a receber uma pensão mensal. Uma vez que a luta pela independência começou no Norte de Cabo Delgado, os distritos do Norte da província, incluindo Nangade (onde estão as associações), têm uma concentração muito elevada de pensionistas.

não. Alguns trabalhadores ainda afirmaram ter migrado de distritos vizinhos para trabalhar na fábrica. Alguns trabalhadores disseram que costumavam trabalhar como agricultores e trab trabalhadores agrícolas ocasionais (*kibarua*) antes de ingressarem na fábrica, o que é susceptível de indiciar um estatuto económico inicial mais baixo.

Como a maioria dos trabalhadores do caju são mulheres, é interessante olhar para a sua situação conjugal: é a actividade de processamento do caju o último (ou único) recurso para as mulheres viúvas ou divorciadas? A evidência sugere que isto é verdade para algumas trabalhadoras mas não para outras: algumas mulheres estão casadas – algumas estão mesmo casadas com homens com *bons* empregos. Na fábrica Korosho, há mulheres cujos maridos também trabalham na fábrica.

A diferenciação entre trabalhadores influencia padrões de despesa: aqueles que dependem em primeiro lugar do *rendimento do caju* provavelmente irão utilizá-lo de forma diferente daqueles que têm múltiplas fontes de rendimento. Consideremos brevemente, por exemplo, as experiências de Maria e de Adelina, ambas trabalham (trabalharam) na fábrica. Maria, 53 anos, viúva com uma só criança, tem vindo a trabalhar na fábrica desde 2008, e com o seu salário sustenta-se e à sua filha. Adelina, 37 anos, está casada com um trabalhador de uma ONG (considerado um muito bom emprego no distrito de Chiúre) e tem cinco crianças; trabalhou na fábrica entre 2006 e 2008 e utilizou o seu rendimento maioritariamente para despesas pessoais (p.e. roupa para as crianças, para si e para o marido).

Apesar das variações, na pequena amostra observada, podem identificar-se alguns padrões gerais:

- *Habitação* – Muitos dos trabalhadores entrevistados, homens e mulheres, reportaram ter usado parte dos seus rendimentos para melhorar as condições da sua casa – p.e. nova porta/telhado. Contudo, nas associações, é claro que as mulheres que construíram a sua própria casa ou melhoraram as condições da casa que já tinham foram aquelas que recebiam uma pensão.
- *Terra* – Alguns trabalhadores, mas especialmente os homens, disseram que compraram uma ou mais *machambas* (lotes de terra) com os seus rendimentos em dinheiro.
- *Telefones móveis* – Muitos trabalhadores relataram que tinham conseguido comprar para si próprios um telefone móvel com os seus rendimentos – isto foi retratado como acontecimento que valia a pena mencionar pelas mulheres nas associações.

- *Outras actividades comerciais* – Alguns dos homens entrevistados disseram que utilizavam parte dos seus rendimentos para gerir um negócio (pequena actividade comercial), com a ajuda das suas mulheres ou outros membros do agregado familiar.

Os padrões de despesa têm um carácter por género, na medida em que são moldados por normas de género. Por exemplo, a utilização de uma parte dos rendimentos em dinheiro para financiar uma actividade comercial gerida pela família parece ser um fenómeno dominado por homens. Isto pode explicar-se pelo poder de género que os homens têm para mobilizar o trabalho da família.

Muitas das mulheres entrevistadas na associação Umulikungu disseram que normalmente entregam os seus rendimentos em dinheiro aos seus maridos para obterem a autorização para continuar a sua actividade de processamento. Esta não é necessariamente a norma na província do Cabo Delgado: com efeito, há casos de controlo separado de rendimento, nos quais as mulheres decidem independentemente como utilizar os seus rendimentos, e de controlo conjunto sobre o rendimento, em que marido e mulher decidem como utilizar o seu rendimento conjuntamente. Uma possível explicação é que a actividade de processamento em Umulikungu tem sido particularmente rentável, relativamente às outras associações, graças ao apoio recebido pela Sociedade Comercial Messalo, Lda. Assim, com a possibilidade de lucros relativamente elevados, os homens podem ter sido impelidos a impor o seu poder sobre tais proventos.

Um padrão que sobressai em todos os grupos entrevistados é o da contratação de trabalhadores agrícolas. Verificou-se ser muito comum a utilização de parte do rendimento recebido na contratação de trabalhadores agrícolas, tanto por homens como por mulheres. Como disse um trabalhador da fábrica: *“Eu retiro metade do meu salário para pagar a pessoas para trabalharem nas minhas machambas”*. A proporção do rendimento utilizado para contratar trabalho varia certamente, bem como o número de trabalhadores, e se são contratados sazonalmente ou durante todo o ano. É, no entanto, interessante notar que a contratação de trabalhadores é considerada prioridade em toda a linha. Argumentaria que isto responde à necessidade de conciliar a actividade de processamento com a continuidade da produção agrícola, e que é mais estimulado pela perspectiva de ganhos da venda do produto agrícola. Com efeito, a maioria dos trabalhadores relatou que vende parte dos seus produtos agrícolas no mercado local – alguns deles produzem culturas de rendimento, tais como o amendoim.

O reinvestimento dos ganhos na produção agrícola sugere que existem de facto algumas formas de acumulação. Contudo, se considerarmos as questões da sazonalidade e do absentismo sazonal discutidos na secção 3.1, parece claro que, para muitos trabalhadores, estas são fontes múltiplas de rendimentos muito escassas. Neste sentido, a contratação de trabalhadores agrícolas atende à necessidade que “as classes de trabalho” têm de combinar vários tipos de trabalho para a reprodução:

“As classes de trabalho nas condições actuais do ‘Sul’ têm que procurar a sua reprodução através de emprego assalariado opressivo e inseguro – e tipicamente cada vez mais escasso – e/ou de uma gama de actividades de pequena escala igualmente precárias e inseguras do ‘sector informal’ (‘sobrevivência’), incluindo a agricultura: com efeito, várias e complexas combinações de emprego e de auto-emprego” (Bernstein, 2010, p. 91).

Olhando novamente para Maria e Adelina, a Maria disse que utiliza parte do seu rendimento para contratar um ou dois trabalhadores por algumas semanas durante a época chuvosa, enquanto a Adelina nunca usou o seu rendimento para contratar trabalhadores agrícolas, embora o seu marido contrate trabalhadores durante toda a época agrícola. Nas associações, parece que a capacidade de contratar trabalhadores agrícolas está primeiramente associada ao rendimento de pensões e possivelmente acrescido com os ganhos do caju ou outros.⁸ Isto serve para mostrar como os rendimentos do caju interagem com determinantes pré-existentes de diferenciação e com outras fontes de rendimento, levando assim a resultados diferentes.

INVESTIMENTOS E INFRA-ESTRUTURA

Com base no conjunto de dados CPI⁹ e na pesquisa de campo realizada em Junho de 2012, existem dois sectores principais onde o investimento privado parece estar concentrado na província de Cabo Delgado: agricultura/agro-indústria e turismo. Em comparação com outros sectores, tais como a aquacultura e a pesca, a indústria e *outros* (como classificado pelo CPI), o número e entidade dos projectos na área da agricultura e turismo destacam-se notavelmente, com 27 empreendimentos em

⁸ Como mencionado na Secção 3.1, as mulheres Umulikungo parecem ter maior capacidade, em relação às mulheres nas outras associações, para contratar trabalhadores agrícolas. Isto pode dever-se ao facto de algumas mulheres receberem uma pensão, mas também ao facto de que, para as mulheres que são membros da Umulikungo, a actividade de processamento de caju tem sido, sem dúvida, mais rentável.

⁹ CPI – Centro de Promoção de Investimento, que é a única instituição que tem conjuntos de dados oficiais sobre os compromissos de investimento privado por província. É importante ressaltar que os dados do CPI estão incompletos e ultrapassados – na verdade, a pesquisa de campo realizada sobre o investimento privado teve como objetivo, em parte, verificar a confiabilidade dos dados disponíveis.

funcionamento na primeira área e 21 na última. Se bem que a indústria da madeira seja de longe a predominante na agricultura e no sector agro-industrial, existem outros tipos de investimento privado a fluir para o sector, especialmente nos distritos do sul. A maioria dos projectos em funcionamento está concentrada na cidade de Pemba, seguidos por Montepuez (segunda maior cidade em Cabo Delgado) e Chiúre, sugerindo que os empreendimentos privados operam principalmente no sul da província.

Os distritos do Sul de Cabo Delgado gozam de melhor infra-estrutura (especialmente estradas), relativamente aos distritos do Norte e estão mais próximos e com melhores ligações à província de Nampula e ao corredor de Nacala. O corredor de Nacala é um dos três “corredores de desenvolvimento” (canais de comércio) que atravessam Moçambique ligando o Malawi, o Zimbabué e a África do Sul a três portos de Moçambique (Krause & Kaufmann, 2011). Desnecessário será referir que a proximidade e /ou boa ligação aos maiores canais de comércio é crucial para uma indústria orientada para a exportação.

Chiúre tem uma agricultura desenvolvida, relativamente a outros distritos de Cabo Delgado. É atravessado pela estrada que liga Pemba a Nampula e, em Chiúre Sede, existem dois postos de gasolina e um banco. Um dos mais antigos empreendimentos agro-industriais de Cabo Delgado está baseado em Chiúre: a Chiure Comercial e Agrícola é uma empresa portuguesa com gestão familiar especializada na produção, comercialização e processamento de produtos agrícolas (principalmente milho, verduras e feijão) desde 1948. Outros investimentos no sector agro-industrial ocorreram no distrito mais recentemente e incluem a banana e a plantação de cana-de-açúcar para exportação. Parece que a proximidade com o corredor de Nacala e a presença de infra-estrutura relativamente aceitável desempenham um papel-chave na atracção do investimento em Chiúre e, de forma mais genérica, nos distritos Sul de Cabo Delgado. Isto sugere que as estratégias para o desenvolvimento rural deverão abordar adequadamente as ligações entre os sectores agrícola e industrial bem como os canais através dos quais a população rural pode beneficiar com os desenvolvimentos agro-industriais.

No distrito de Nangade o cenário é completamente diferente. Nangade é um dos distritos mais remotos da província, especialmente devido à sua distância dos centros urbanos mais significativos (Pemba, Nampula) e às más condições das estradas. Para além das muito poucas redes dinâmicas de comércio “informal” – devido à proximidade com a Tanzânia –, não existem projectos significativos. Sendo Nangade a

principal área produtora de caju na província, a Incaju apoiou a construção de uma fábrica de processamento de pequena escala no distrito, que foi inaugurada em Abril de 2013. Contudo, a falta de infra-estrutura e a distância de um local de embarque (Nacala) aparecem como constrangimentos para a actividade de processamento para exportação. Ao mesmo tempo, o modelo associativo não está isento de problemas, como foi discutido: escassa capacidade de organização, fracas redes comerciais, dificuldades financeiras para ultrapassar a sazonalidade, procura doméstica limitada para a castanha processada e dependência de apoio externo, o que implica que, se as associações não tiverem êxito em tornar-se autónomas, então não serão um modo de produção adequado para além de alguns anos.

Estas observações parecem sugerir que existe potencial para a expansão da actividade de processamento de caju na província de Cabo Delgado, mas irá depender fundamentalmente da continuação da colaboração entre os diferentes actores (governo, nacional e local, Incaju, investidores privados doadores e bancos) para fazer face às limitações (p.e. sazonalidade e acesso ao crédito) e, por conseguinte, assegurar a sustentabilidade da actividade a longo prazo. Adicionalmente, a colaboração destes intervenientes deveria incentivar a formação de círculos virtuosos de investimento e infra-estrutura, a impulsionarem-se um ao outro.

CONCLUSÕES

Observando com algum detalhe a actividade de processamento do caju na província de Cabo Delgado, verificam-se alguns aspectos da complexidade das sociedades agrárias. Uma conclusão abrangente é a de que os agregados familiares rurais lutam para garantirem para si fontes múltiplas de rendimento para a reprodução, quando possível. Assim, as oportunidades de emprego (assalariado) criadas pelo sector de processamento de caju, como parecem não garantir salários/ganhos *suficientemente elevados*, fluem nas redes complexas de trabalho. Isto manifesta-se, por exemplo, no fenómeno do absentismo sazonal na fábrica Korosho e nos padrões de produção esporádica das associações.

Este estudo de caso mostra duas maneiras de olhar para a complexidade das dinâmicas de trabalho. Primeiramente, o auto-emprego e o emprego assalariado, as economias formal e informal impulsionam-se uma à outra, levantando pois algumas preocupações sobre a utilização simplista e dicotómica dessas categorias. Em segundo lugar, os processos de diversificação dos modos de vida e de diferenciação

rural interagem a diferentes níveis, criando assim trajectórias não lineares de desenvolvimento. Esta imagem entra claramente em conflito com o retrato das sociedades agrárias em Moçambique, as constituídas por pequenos agricultores. Tomar conhecimento e compreender a interacção de formas múltiplas de trabalho dentro e fora da actividade agrícola é fundamental para desenhar estratégias seguras para o desenvolvimento rural.

Acresce que a maioria dos trabalhadores do caju é constituída por mulheres, cujo tempo tende a estar sujeito a mais exigências e responsabilidades, relativamente aos homens. Com efeito, as mulheres mantêm as suas responsabilidades e deveres na esfera reprodutiva, mesmo quando participam no trabalho assalariado, o que obriga as mulheres a serem mais flexíveis, a movimentarem-se do trabalho remunerado ao não remunerado quando necessário. Isto reflecte-se claramente na natureza discriminatória do género nos mercados de trabalho: salários mais baixos e condições mais precárias oferecidas às mulheres.

Estas reflexões não pretendem, de modo nenhum, sugerir que estas oportunidades de emprego não são necessárias ou desejáveis, pelo contrário, elas são necessárias e muito bem-vindas. Contudo, podem tomar-se algumas medidas para minimizar os efeitos negativos na produção – p.e. concessão de crédito conjuntamente com os serviços para aumentar a capacidade de pagamento e a superação das restrições sazonais dos mutuários – e para abordar as responsabilidades e funções múltiplas de homens e mulheres – p.e. políticas sociais de protecção aos direitos da mulher.

Parece haver potencial para a expansão da indústria de processamento do caju na província do Cabo Delgado, devido à proximidade do corredor de Nacala e à promoção por parte da Incaju da produção da castanha de caju. Porém, a contínua e bem sucedida colaboração dos principais intervenientes – governos, nacional e local, Incaju, investidores privados, doadores e bancos – é necessária para assegurar a sustentabilidade da actividade a longo prazo. Neste sentido, a limitada procura doméstica da castanha processada e a excessiva dependência de apoios externos levanta algumas dúvidas sobre a viabilidade do *modelo* associativo, relativamente à indústria com orientação para a exportação. Acresce que o desenvolvimento de espirais virtuosas de investimento e infra-estrutura iria beneficiar a prosperidade do sector em diferentes áreas da província.

Em suma, para que o ressurgimento do sector de processamento de caju desempenhe um papel em processos de desenvolvimento e de industrialização rurais, é necessário considerá-lo como parte de uma estrutura informada por visões rigo-

rosas das sociedades rurais e com o objectivo de abordar as principais ligações entre a produção agrícola em pequena escala, emprego fora da agricultura e os novos intervenientes-chave no sector agro-industrial.

REFERÊNCIAS

- ACI, African Cashew Initiative (2010) *Analysis of the Cashew Value Chain in Mozambique*. GTZ, Fevereiro de 2010.
- Askoy, M.A. & Yagci, F. (2012) "Mozambique Cashew Reforms Revisited". *Policy Research Working Paper* N.º 5939. Washington DC., World Bank.
- Amanor, K.S. (2009) "Global Food Chains, African Smallholders and World bank Governance". *Journal of Agrarian Change*, 9 (2), 247-262.
- Bernstein, H. (2010) "Rural Livelihoods and Agrarian Change: Bringing Class back in". In: Long, N.Y. Jingzhong & W. Yihuan, (ed.) *Rural Transformations and Development – China in Context*. Glos, Edward Elgar Publishing Limited.
- Boys, J. (2012) *Jobs, Votes and Legitimacy: the Political Economy of the Mozambican Cashew Processing Industry's Revival*. MSc thesis. SOAS, University of London.
- Bryceson, D. (1980) "The proletarianization of Women in Tanzania. *Review of African Political Economy*, 17, 4-27.
- Castel-Branco, C.N. (2002) "An Investigation Into the Political Economy of Industrial Policy: the Case of Mozambique". PhD thesis. SOAS, University of London.
- (2004) "Business and Productive Capacity Development in Economic growth and Industrialisation". *Denmark's New Country Programme for Mozambique 2005-2009*, April 2004.
- (2010) "Pobreza, Riqueza e Dependência em Moçambique. *Cadernos IESE*, N.º 3. Maputo, IESE.
- Cramer, C. (1999) "Can Africa Industrialize by Processing Primary Commodities? The Case of Mozambican Cashew Nuts". *World Development*, 27 (7), 1247-1266.
- Cramer, C., Oya, C., & Sender, J. (2008) "Lifting the blinkers: a new view of power, diversity and poverty in Mozambican rural labour markets". *Journal of Modern African Studies*, 46 (3), 361-39.
- Cunguara, B. & Hanlon, J. (2012) "Whose Wealth Is It Anyway? Mozambique's Outstanding Economic Growth with Worsening Rural Poverty". *Development and Change*, 43 (3), 623-647.

- Ghosh, J. (2002) "Globalization, Export-Oriented Employment for Women and Social Policy: A Case Study of India". *Social Scientist*, 30 (11-12), 17-60.
- Governo da Província de Cabo Delgado (2011) *Balanço PES 2011*. Pemba.
- Hanlon, J. (2000) "Power without Responsibility: The World Bank & Mozambican Cashew Nuts". *Review of African Political Economy*, 27 (83), 29-45.
- Hanlon, J. & Cunguara, B. (2010) *Poverty Is Not Being Reduced in Mozambique*. LSE, Crisis States Research Centre.
- Harilal, K.N. et al. (2006) *Power in Global Value Chains: Implications for Employment and Livelihoods in the Cashew Nut Industry in India Summary Report*. London, International Institute for Environment and Development.
- Incaju (2005) *Balanço das actividades realizadas pelo sector do caju de 1999 a 2005*. Maputo, Mozambique.
- (2011) *Plano Director do Caju, 2011-2020*. Maputo, Mozambique.
- (2012) *Relatório Balanço Comercialização da Castanha de Caju*. Pemba, Fevereiro 2012, Mozambique.
- Kanji, N. et al. (2004) *Liberalisation, Gender and Livelihoods: The Mozambique Cashew Nut Case. Summary report*. London, International Institute for Environment and Development.
- Krause, M. & Kaufmann, F. (2011) "Industrial Policy in Mozambique". *Discussion Paper* N.º 10/2011. DIE German Development Institute.
- Leite, J. Pereira (1999) "A Guerra do Caju e as Relações Moçambique-Índia na Época Pós-Colonial". *Documentos de Trabalho* n.º 57. Lisboa, CEsa.
- McMichael, P. (2009) "Banking on Agriculture: A Review of the World Development Report 2008". *Journal of Agrarian Change*, 9 (2), 235-246.
- McMillan, M., Rodrik, D. & Welch, K.H. (2002) "When Economic Reform Goes Wrong: Cashews in Mozambique". *NBER Working Paper* n.º 9117, Cambridge, NBER.
- INE (2009) *Multiple Indicator Cluster Survey (MICS) 2008*. Maputo, INE.
- O'Laughlin, B. (1996) "Through a Divided Glass: Dualism, Class and the Agrarian Question in Mozambique". *Journal of Peasant Studies*, 23 (4), 1-39.
- (2009) "Rural Social Security and the Limits of 'Associativismo' in Southern Mozambique". *Conference paper* N.º 40, II Conferência Nacional do IESE.
- PARP (Poverty Reduction Action Plan) 2011-2014. *IMF Country Report* No. 11/132, June 2011.

- Paul, B. (2008) *Factories in the field: rural transformation and the organization of work in Mozambique's cashew triangle*. Washington DC., Technoserve Inc.
- Simonetti, R., Wuyts, M. & Wuyts-Fivawo, A. (2007) "Banking on Rural Innovation for Poverty Reduction: A Case Study of Value-chain Lending in Mozambique". *The European Journal of Development Research*, 19 (1), 136-155.
- Sociedade Comercial Messalo, Lda. (2003) *Project Proposal for Cashew Nut Processing Unit in Nangade District*. Cabo Delgado, September 2003.
- Woodhouse, P. (2009) "Technology, Environment and the Productivity Problem in African Agriculture: Comment on the World Development Report 2008". *Journal of Agrarian Change*, 9 (2), 263-276.
- (2012) "Raising Agricultural Productivity". *Conference paper* N.º 12, III Conferência do IESE.
- World Bank (2008). *Agriculture for Development. World Development Report*.
- Wuyts, M. (2001) "The Agrarian Question in Mozambique's Transition and Reconstruction". *Discussion Paper* n.º 14. WIDER, United Nations University.